

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
DISTRITO FEDERAL**

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

ATA**ATA DA NONAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL, INSTITUÍDO PELA PORTARIA IPREV/DF Nº 37/2016.**

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte um, às 15 horas e 12 minutos, por meio de teleconferência, realizou-se a nonagésima reunião ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/Iprev/DF, instituído pela Portaria Iprev/DF nº 37/2016, com a seguinte ordem do dia: **I – Conjuntura Econômica (novembro/2021); II – Política de Investimentos – 2022; III – Plano de Gestão Imobiliária 2021/2022; IV - Relatório Mensal de Investimentos (outubro/2021); V – Estratégia de Investimentos (dezembro/2021);** Participaram da reunião os seguintes **Membros Titulares:** Ney Ferraz Júnior, Presidente do Iprev/DF e Coordenador do CIAR; Jefferson Nepomuceno Dutra, Diretor da Diretoria de Investimentos do Iprev/DF; Rodrigo Gonçalves Ramos de Oliveira, Representante da Casa Civil do Distrito Federal; Fabrício de Oliveira Barros, Representante da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. **Membros suplentes:** Registra-se que não houve a participação de membros suplentes na presente reunião. Registra-se que participaram da reunião na qualidade de convidados: Ramon Estevão Cordeiro Lima, Assessor Especial de Estratégia e Investimento do IPREV/DF; Lucas Fernandes de Azevedo, Chefe da Unidade de Gestão de Ativos Não-Financeiros; Luciano Segundo, Coordenador de Gestão de Ativos Não-Financeiros; Marina Gomes da Silva Nunes, Assessora Especial da Assessoria Especial da Presidência; Luzia dos Santos Ribeiro Chaves, Secretária Executiva. Verificada a existência de quórum, e após a leitura da pauta, a reunião iniciou-se pelo **item I – Conjuntura Econômica (novembro/2021)**. Inicialmente, o Diretor de Investimentos, o Sr. Jefferson Dutra, informa a necessidade de aprovação da Política de Investimentos 2022, seguindo determinação da Resolução 3.922/2010 – Conselho Monetário Nacional. Ao iniciar o cenário internacional, informou que atualmente o Brasil já teve mais de 22 milhões de casos de COVID, com cerca de 612 mil mortes, entretanto, percebe-se avanço gradativo da vacinação, 128 milhões totalmente vacinados. Quanto ao cenário internacional, aponta que o panorama econômico superou as expectativas diante da queda de desemprego, mostrando-se estável. Na China, a expectativa de PMI era de 50,0 pontos, mas no mês de outubro apresentou um pequeno avanço de expansão econômica. Adiante, no que diz respeito a Zona do Euro, observa-se uma pequena diminuição na taxa de desemprego. O mercado tinha a previsão de 7,5 por cento, mas caiu um pouco mais que o esperado. Informou que o índice S&P 500 está em constante crescimento e continua com tendência de alta, sem muita variação negativa, fechou o mês em 4.605,38 pontos. Comentou acerca do US Dollar Index – DXY, que apresenta a relação do dólar com as principais moedas mundiais. Disse que a precificação de dólar está em um patamar interessante, ganhando força novamente com as demais moedas. Os Títulos Públicos Americanos são os ativos considerados mais seguros e mostram-se estáveis, começando a ter uma abertura buscando fuga do risco. Foram apresentadas expectativas de PIB com crescimento de 4,93 por cento em 2020 e crescimento de 1,00 por cento em 2021; em relação a inflação, há projeção de 9,33 por cento em 2020 e de 4,63 por cento para 2021. No gráfico em linhas apresentou que desde o início do ano estava com a expectativa da bolsa brasileira com relação aos principais pares, que são os BRICS, mostrando oportunidade, porém sofreu alteração ao longo do ano. Trazendo para o cenário doméstico, no panorama econômico do Brasil, apresenta uma redução na produção industrial. A bolsa interna, fechou o mês de outubro próximo de 103.500 pontos. O IPCA, medido pelo IBGE, apresentou em outubro 1,25%. Apontou que o processo inflacionário deste ano foi acentuado e possui meta de inflação está em 3,75% no ano, com intervalo de tolerância +/-1,5 p.p. acumulado de 12 meses, o país apresenta 10,67% na inflação acumulada, e aumento da taxa SELIC em 7,75%, conforme ata do COPOM. O Dólar/Real encerra o mês em R\$ 5,63. Apresentou o comparativo periódico das taxas de NTN-

B – IPCA por vencimento. Trouxe o comparativo periódico das taxas NTN-B para acompanhar títulos públicos, mais procurados no momento; comparativo periódico das taxas LTN que são pré-fixadas em SELIC; e o comparativo periódico das taxas LFT que é uma pós-fixada SELIC. Por fim, relata as medianas do Relatório Focus – IPCA projetado de 9,77%aa, PIB 4,88%aa, meta da Taxa SELIC 9,25%aa. **Item II – Política de Investimentos – 2022.** Inicialmente apresentou um quadro sobre a governança de investimentos. Após os principais pontos, o Diretor passa a palavra ao Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimento, o Sr. Ramon Estevão, que realiza a apresentação detalhada da Política de Investimentos elaborada pela Diretoria de Investimentos para o ano de 2022. O assessor informa que o objetivo é sempre manter o poder de compra e que é o que a legislação também solicita. Assim, se utilizou do Boletim FOCUS do BACEN, com referência de 05 de novembro de 2021, informando que quanto ao Fundo Solidário Garantidor, o estabelecimento da meta proposta será o quociente entre a expectativa do IPCA para 2021 de 9,77% a.a, sobre a expectativa de taxa SELIC para 2021 de 9,25% a.a. totalizando IPCA + 1,06%. Para o Fundo Capitalizado, pontua que o Instituto segue as orientações instituídas pela Portaria nº 464 de 19 de novembro de 2018, do Ministério da Fazenda, que determina que se deve utilizar a taxa de juros mais próxima à duração do passivo do RPPS. Há ainda a Portaria IPREV/DF nº 68, de 18 de outubro de 2017 estipulando que a taxa de juros parâmetro para o Fundo Capitalizado de regime de benefício definido terá como base a taxa média dos últimos trinta e seis meses do título público federal indexado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA com vencimento equivalente mais aproximado da duração do passivo do plano de benefícios. Sendo assim, escolheu-se os Títulos Públicos Federais NTN-B 2030/2035 cuja média foi de 3,94%. A meta sugerida para o Fundo Capitalizado foi de IPCA + 2,60%, banda calculada em cima da média dos Títulos Públicos Federais NTN-B 2030/2035. Já o Fundo Financeiro como é de repartição simples não possui meta definida, entretanto deixa-se diariamente aplicado nos fundos mais líquidos e fáceis de movimentar. Por oportuno, o Diretor Jefferson pontua que, após reunião com a Unidade de Atuária, determinou-se que a meta está razoável desta maneira, sendo que o trabalho é feito com base em expectativas. Elucida que sobre a estratégia de alocação, os limites propostos respeitam a Resolução nº 3922/2010 – CMN. Na composição, divide-se a carteira entre os principais benchmarks, que se gera uma média, definidos as porcentagens mínimas e máximas para cada seguimento seguindo fielmente os limites da Resolução CMN 3.922/2010, visando balanceamento e equilíbrio da carteira. Em estudo de expectativa para 2022, estabelece-se a estratégia alvo de: 62,71% (FI 100% para Títulos Públicos – art. 7º, VII, b); 15,52% (FI de Renda Fixa geral, art. 7º, IV, a); 3,23% (FI Renda Fixa “Crédito Privado”, art. 7º, VII, b); 0,11% (FI de Ações- Índices com no mínimo 50 ações, art. 8º, I, a); 6,19% (FI de ações geral, art. 8º, II, a); 1,56% (FI multimercado aberto, art. 8º, III); 1,44% (FI em participações, art. 8º, IV, a); 1,15% (FI imobiliário, art. 8º, IV, b); 1,0% (Renda Fixa – Dívida Externa, art. 9º, I); 1,00% (Fundo de Investimento – Sufixo Investimento no Exterior, art. 9º-A, II); 6,09% (Fundo de Ações BDR Nível 1, art. 9º-A, III). **III – Plano de Gestão Imobiliária 2021/2022.** No que tange o Plano de Gestão Imobiliária para o ano de 2022, o Diretor Jefferson passa a palavra ao Chefe da Unidade de Gestão dos Ativos Não-Financeiros, o Sr. Lucas Fernandes que inicia a apresentação explicando que o Plano de Gestão Imobiliária foi elaborado de maneira conjunta, contando com: elaboração da Unidade, Coordenação e Divisão dos Ativos Não-Financeiros, como também elaboração e supervisão da Diretoria de Investimentos. Pontua que os tópicos abordados envolvem diretrizes legais e instrumentos normativos relacionados à gestão de imóveis de Regime Próprio de Previdência Social. O panorama do mercado imobiliário no Brasil e expectativas, diagnóstico completo dos imóveis na carteira, ações concluídas em 2021, ações em andamento 2021/2022, administração de ações da carteira de imóveis, referenciais de rentabilidade dos ativos imobiliários e propostas de encaminhamento, por bloco de imóveis. O Chefe de Unidade informa que a Diretoria de Investimentos em seus levantamentos, projeta um PIB estável para 2022. Disse que embora as expectativas da economia global sejam de crescimento, o Brasil no próximo ano passará por eventos e decisões políticas que pesam sobre o PIB. Informou que a tendência no mercado imobiliário é que os investidores voltem para os investimentos de renda fixa e o mercado imobiliário dê uma estagnada em 2022. Após, traz o diagnóstico completo dos imóveis da carteira, informa que constam 36 registros de imóveis efetivamente transferidos de 44 previstos na Lei Complementar nº 917/2016 e na Lei 5.729/2016. Posteriormente, classificou os imóveis de acordo com a situação geral e pendências mapeadas: 25 adequados para exploração econômica (93,1% da soma do valor) e 13 imóveis inadequados para exploração econômica (6,9% da soma do valor). O Chefe de Unidade, realiza explanação detalhada a respeito dos tópicos ora mencionados. Em seguida, o Coordenador da Gestão dos Ativos Não-Financeiros, o Sr. Lucyano Segundo, apresenta de maneira

minudenciada as ações operacionais de gerência, manutenção e monitoramento dos imóveis que compõem o patrimônio do Fundo Solidário Garantidor. Ato posto, o senhor Lucas Azevedo apresenta a proposta de encaminhamento dos imóveis, terrenos e glebas ligados ao FSG, dividindo-os em cinco blocos de destinações possíveis em ordem decrescente de liquidez e crescente de complexidade, e sexto bloco com imóveis com pendências administrativas ou judiciais aos quais se solicita permuta junta ao GDF (devidamente detalhados no Plano de Gestão Imobiliária 2021/2022). Por fim, procede-se a votação por parte dos membros titulares do Comitê, a Política e o PGI foram aprovados na íntegra por unanimidade. O Sr. Rodrigo Gonçalves sugeriu quanto ao PGI de se realizar um acompanhamento para observar a valorização ao longo do tempo dos imóveis, bem como sugeriu a hipótese de se realizar um estudo sobre a possibilidade de desmembramento das vagas do Bonaparte, caso seja o caso. O Diretor Jefferson comentou sobre os processos já realizados pela Diretoria de Investimentos sobre as avaliações dos imóveis. **Item IV - Relatório Mensal de Investimentos (outubro/2021).** O Diretor de Investimentos passou a palavra para o Assessor Especial, o Sr. Ramon Estevão que iniciou a apresentação sobre a Análise da Carteira, comentando sobre a entrada nos Títulos Públicos. Apresentou quadro que consubstancia nível de liquidez do FSG, e informa posicionamento de aproximadamente 63,48% em “muito alta”. Ademais, informa a composição da carteira, com a soma do Fundo Solidário Garantidor por segmento, apresentando renda variável de 30,36% e renda fixa de aproximadamente 64,69%. Após apresentar problemas com a conexão da internet, o Diretor Jefferson continuou a apresentação. No tocante ao Fundo Capitalizado, apresenta comparativo por segmento, considerando-se a análise da carteira, apontou que é uma composição bastante cirúrgica (22,23% em RV e 77,77% em Renda Fixa). Adiante, apresenta o nível de liquidez do fundo que se encontra em 80,16% em muito alta. Comenta a meta dos fundos, de 109,14% para o FSG e 110,89% para o Fundo Capitalizado. Posteriormente, apresentou slide sobre a lista de benchmark no ano dentro do mercado financeiro, que são indicadores principais de referência para uma carteira de RPPS. **V – Estratégia de Investimentos e Risco (dezembro/2021).** O Diretor Jefferson neste item apresentou as seguintes propostas: **Fundo Solidário Garantidor:** considerando a característica do Fundo, que é de solvência, “maduro” e perfil intermediário de risco, foi sugerida a realocação de IRF-M1/DI para IMA B5/IDKA 2/alocação dinâmica de até R\$ 200 milhões (5,3%); sugere a realocação de Fundos de Renda Fixa para Títulos Públicos Federais (NTN-B) de até 200 milhões (5,3%); realocação de IRF-M1/DI/Renda Variável de até 100 milhões para fundo de Renda Variável, credenciados IPREV (2,67%); e ainda se sugere a realocação de IRF-M1/DI/alocação dinâmica de até R\$ 50 milhões para Fundos no exterior Credenciados IPREV DF (1,33%). **Fundo Capitalizado:** em razão de ser um fundo “jovem”, com perfil intermediário/agressivo de risco, sugeriu-se a realocação de IRF-M1/DI/alocação Dinâmica para IMA-B5/IDKA 2a de até 6 milhões (3,2%); sugere a realocação de IRFM1/DI/alloc. Dinâmica para Títulos Públicos Federais (NTN-B) de até 4 milhões (2,1%); além de realocação de IRF-M1/DI/alloc. dinâmica de até R\$ 9 milhões para Fundo de ações classificação Anbima Índice Ativo, Ibov, Dividendos, livre, valor ou Small caps, credenciados IPREV DF (4,9%); e realocação de IRFM1/DI/alocação dinâmica de até R\$ 9 milhões para Fundos no exterior Credenciados IPREV DF (4,9%). **Deliberação dos membros do Comitê:** Os membros aprovaram em unanimidade a Política de Investimentos e o Plano de Gestão Imobiliária - 2021/2022. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às 16 horas e 56 minutos. Eu, Marina Gomes da Silva Nunes, lavrei a ata que após inserção de contribuições feitas pelo Senhor Jefferson Dutra, o documento foi lido, aprovado e assinado pelos membros titulares do CIAR presentes na reunião e publicado no site do Iprev/DF.

Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON NEPOMUCENO DUTRA - Matr.0276463-6, Diretor(a) de Investimentos**, em 09/12/2021, às 12:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NEY FERRAZ JÚNIOR - Matr. 02749114, Diretor(a)-Presidente**, em 09/12/2021, às 14:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA - Matr.1668542-3, Assessor(a) Especial**, em 13/12/2021, às 08:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS - Matr.0190673-9, Subsecretário(a) do Tesouro do Distrito Federal**, em 05/04/2022, às 11:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **75837545** código CRC= **531B1047**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 09, Torre B, 1º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF

00413-00000266/2021-98

Doc. SEI/GDF 75837545

Criado por [luzia.chaves](#), versão 3 por [luzia.chaves](#) em 09/12/2021 11:59:26.